

proteger

6,0

PROTEÇÃO PASSIVA DE ESTRUTURAS METÁLICAS

Conheça os métodos de proteção passiva para estas soluções construtivas cada vez mais utilizadas a nível nacional.

A IMPORTÂNCIA DA NORMALIZAÇÃO PARA A SOCIEDADE

Âmbito e termos de aplicação, vantagens e obrigatoriedade. Saiba mais sobre esta atividade e o seu funcionamento em Portugal.

ASSÉDIO NO LOCAL DE TRABALHO

Como prevenir, identificar e combater situações de assédio na sua equipa: Proteja os seus colaboradores através do código de boa conduta.

HIKVISION

TOTAL SOLUTION PROVIDER



GRANDE ENTREVISTA
Bastonário
da Ordem dos
Engenheiros
Técnicos



Trabalhos em altura.

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS, DA SELEÇÃO E CORRETA UTILIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS, E DA PLANIFICAÇÃO DOS TRABALHOS EM ALTURA.



GRANDE
ENTREVISTA

Augusto Ferreira Guedes

“A ECONOMIA GANHA
COM O LIVRE COMÉRCIO
E A LIVRE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS

ENTREVIS

Ana Ferreira & Joana Marqu
AP3

FOTOGRAF

Joana Marqu
AP3

ESTIVEMOS À CONVERSA COM AUGUSTO FERREIRA GUEDES, BASTONÁRIO DA ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS, PAPEL QUE ASSUME DESDE 2011, DATA EM QUE A ANTIGA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS (ANET) ALCANÇA O ESTATUTO DE ORDEM. REELEITO PARA O QUADRIÊNIO DE 2018/2021, FALOU-NOS SOBRE OS PLANOS PARA ESTE MANDATO, OS DESAFIOS QUE A CLASSE PROFISSIONAL ENFRENTA, A NECESSIDADE DE ADEQUAR A LEGISLAÇÃO EM ALGUMAS ÁREAS E O DESEJO DE UMA LIVRE CIRCULAÇÃO DE ENGENHEIROS TÉCNICOS NOS PAÍSES DA CPLP.

A atuação da classe profissional de Engenheiros Técnicos remonta ao século XIX, mas foi em 2011 que a Ordem dos Engenheiros Técnicos (OET) alcançou o estatuto de Ordem. Quais foram as principais conquistas da OET desde então?

Foram muitas, começando pelo reforço do reconhecimento da sociedade e do poder político. O facto de uma classe profissional como a nossa, que viu a sua associação e grémio extintos em 1942 pelo governo de Salazar, ter recomeçado um processo de reconhecimento, em 1975, enquanto associação profissional de direito privado, e não sindicato, criou na sociedade muitas dúvidas. Portanto, alcançar este reconhecimento foi muito importante. Mas a Engenharia Portuguesa ganhou muito mais do que isso. Durante muitos anos, a lei impunha-nos muitas limitações administrativas ao exercício da engenharia, não nos permitindo executar um determinado tipo de projetos, e isso era uma afronta à classe profissional dos engenheiros técnicos. O fim dessa limitação administrativa foi alcançado mediante sucessivos novos reconhecimentos da importância e capacitação profissional desta classe profissional. Este processo culminou no atual e diversificado legal que permite que todos os diplomados em Engenharia se inscrevam na OET, contrariamente ao que acontecia antes, em que só representávamos os Bacharéis.

“

somos a Associação Pública Profissional da área da engenharia que tem um espectro mais largo de representatividade

Por comparação, hoje somos a única Ordem Profissional que representa os Bacharéis, os Licenciados pré-Bolonha, os Licenciados pós-Bolonha, os Mestres e os Doutores, em engenharia. E, portanto, somos a Associação Pública Profissional da área da engenharia que tem um espectro mais largo de representatividade, o que, naturalmente, é da maior importância para a classe. Por outro lado, e não menos importante, os engenheiros técnicos podem atualmente praticar sem limitações

os atos que são próprios das especialidades de engenharia.

A OET assume-se como diferenciadora em relação a outras ordens, tendo como principal objetivo a regulação da atividade. Quais são os principais desafios que enfrentam neste âmbito? A questão central é: porque é que nós dizemos que somos diferentes? Nós somos diferentes porque combatemos um certo corporativismo que existe noutras Ordens Profissionais, ou seja, a nossa Ordem existe para regular a atividade dos seus associados e esta regulação assenta obrigatoriamente em três preocupações fundamentais: a defesa dos nossos membros, a defesa das boas práticas no exercício da engenharia e a defesa do consumidor. O que significa que não somos protectionistas relativamente aos nossos membros – os nossos membros têm regras que devem cumprir e se não o fizerem são penalizados. O nosso foco é a prestação de um bom serviço, sério, competente, ao consumidor. Quando um cidadão ou uma empresa contrata ou adquire um serviço a um engenheiro técnico, tem que ter a certeza de que a Ordem que tutela o exercício da profissão será absolutamente intransigente no cumprimento das regras de ética e da deontologia profissionais – por exemplo, uma participação à nossa Ordem sobre um acontecimento com um membro

Formado em Engenharia Civil, na especialidade de Transportes, pelo Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (ISEL), conclui a Pós-Graduação em “Gestão das

Cidades” em 2005. Em 2007 termina a Licenciatura em Higiene e Segurança e em 2011 torna-se Mestre em Gestão Integrada da Qualidade, Ambiente e Segurança. Com

uma ligação muito próxima a Angola, onde nasceu e completou o curso Complementar de Eletricidade, criou, em 1979, o Centro de Formação Fadário Muteka, no Huambo.



nosso não espera anos para ter uma decisão, como sucede com outras Ordens, que arrastam a situação porque têm uma atitude corporativa. Em certa medida, eu percebo o porquê: são associações compostas, em parte, por elementos que mantêm essa visão em linha de pensamento que já tinham no tempo do Estado Novo, em que as Ordens eram um dos pilares do sistema. Nós não temos essa atuação, até porque, historicamente, os Engenheiros Técnicos foram minorizados, durante muitos anos, pelo antigo regime, pois que, a par do reconhecimento profissional porque sempre lutámos, também queríamos que a sociedade fosse melhor e mais justa, conforme continuamos a defender hoje por via do exercício responsável da nossa atividade profissional. Eu próprio, enquanto Bastonário da Ordem dos Engenheiros Técnicos, nesta qualidade sou hoje herdeiro e portador da bandeira que outros meus colegas trouxeram até mim, e que passarei a outros seguramente. E, perdoe-se-me a imodéstia, encaro essa investidura como sendo o reconhecimento pelos meus pares dos trinta e cinco anos que já levo em defesa coerente e intransigente da engenharia e dos Engenheiros Técnicos.

Em junho passado estive nos Açores, em Ponta Delgada, na inauguração das instalações próprias da OET. Este foi um passo

importante para impulsionar a presença de Engenheiros Técnicos na região autónoma?

Os engenheiros técnicos estão organizados na região autónoma dos Açores há quarenta anos, mas não tinham uma instalação própria. Por isso, a Ordem decidiu comprar um edifício com três pisos em Ponta Delgada, que são instalações próprias da OET, pagas com o dinheiro da classe, sem qualquer apoio nenhum estatal ou de outro género. Na verdade, nunca tivemos nenhum apoio estatal desde que existimos, não tendo por isso qualquer dependência financeira do Estado. Toda a receita de que dispomos é proveniente das quotas que os nossos membros pagam e da prestação de serviços aos mesmos, o que nos torna verdadeiramente livres e independentes enquanto classe profissional. Em novembro próximo, para além deste espaço em Ponta Delgada, passaremos também a estar presentes em Angra do Heroísmo, igualmente em instalações compradas. As particularidades dos Açores são muito complexas por causa do número de ilhas, por causa dos custos todos da insularidade, mas não é por estarem nos Açores que os engenheiros técnicos que aí exercem a profissão devem ter menos apoios por parte da ordem profissional que os representa. Para nós, as ilhas que integram as regiões autónomas têm que ser tratadas de forma igualitária relativamente a qualquer outra parcela do espaço nacional.

Nesta inauguração, referiu que não Engenheiros Técnicos suficientes nos quadros das Câmaras Municipais do Governo Regional. Isto verifica-se porque não formam profissionais suficientes para exigências do mercado ou porque não contratam em número adequado?

As duas coisas. O que eu disse relativamente aos quadros nas autarquias não é só relativamente aos Açores, é em relação ao país em geral. Existe uma carência enorme de técnicos nas autarquias. As autarquias fizeram um percurso histórico que foi, numa primeira fase, resolver os problemas básicos da população (água, a estrada, etc.). Agora entrámos numa segunda fase, há uma nova geração de políticas para as Câmaras Municipais e o desenvolvimento faz com a engenharia, independentemente todas as outras áreas envolvidas e que também são muito importantes para a sociedade. Contudo, o desenvolvimento assenta naquilo que são as competências da engenharia, dos Engenheiros Técnicos e Engenheiros e as Câmaras Municipais não têm os quadros necessários. Por exemplo, está uma lei, relacionada com as transferências de competências sobre os incêndios, parada há cerca de um ano na Assembleia da República porque há uma divergência com as autarquias, que não querem receber competências sobre as medidas de proteção por causa dos incêndios, porque, entre outras razões, não dispõem de um corpo técnico



falta de Engenheiros Técnicos e Engenheiros para o desenvolvimento do país. Mas também não me esqueço que há cerca de quinze anos, no Congresso Ibérico que fizemos na Madeira, disse que era preciso duplicar o número de Engenheiros Técnicos e Engenheiros no país. Aliás, se compararmos proporcionalmente o número de Engenheiros Técnicos e Engenheiros em Portugal e em Espanha, concluímos que temos menos de um terço do que em Espanha. É necessário apostar formação de técnicos, porque hoje a Engenharia é muito vasta: temos desde a proteção civil à segurança, há as novas Engenharias como a Biomecânica. No fundo, a Engenharia está cada vez mais presente em quase tudo o que nos rodeia. Hoje em dia, por exemplo, a Medicina tem muito de Engenharia, por causa dos equipamentos utilizados, havendo inclusive algumas intervenções cirúrgicas que exigem um Engenheiro Técnico Mecânico ou um Engenheiro Mecânico ou um Engenheiro Técnico ou Engenheiro de outra especialidade a trabalhar em conjunto com o cirurgião. É urgente que as pessoas percebam que a Engenharia cada vez mais está presente nas suas vidas, desde as telecomunicações à forma como gerimos o espaço urbano, a nossa

cia da Engenharia, inclusive nos mais triviais aspetos do dia-a-dia das pessoas, tais como o incómodo de ao chegarem a casa a chave não abrir, o comando da garagem não funcionar ou a Internet não existir.

E perante tal cenário de rápida evolução, quais as principais valências dos Engenheiros Técnicos para o mercado? O que os diferencia dos restantes profissionais?

Há muito tempo que percebemos que ia haver muitas mudanças na sociedade e que as tradicionais Engenharias eram insuficientes para dar resposta àquilo que nós organizamos em colégios e, perante este cenário, decidimos criar no estatuto da Ordem dezasseis especialidades de engenharia. Na revisão do estatuto, a Assembleia da República, ou melhor, a Troika não permitiu que criássemos dois novos colégios que eram a Bioengenharia e a Engenharia Biónica (mas um destes dias vamos criar) e estas novas Engenharias estão encaixadas na Mecânica ou em colégios afins. O que eu costumo dizer é que um Engenheiro Técnico vê primeiro que os outros e, portanto, o ver antes tem vantagens, nomeadamente para depois ter uma prática diferente e melhor. O que também nos distingue enquanto classe profissional é que, como fomos muito prejudicados durante muitos anos, e até há pouco tempo isso ainda acontecia, (porque os Engenheiros Técnicos eram considerados possuidores de uma formação menor, que não tinham formação superior ou eram menos cultos), nós forjámos uma certa capacidade de sobrevivência e habituámo-nos a ver longe e a ver primeiro, cultivando até algum espírito de abertura para as coisas novas, e isso tem-nos permitido anteciparmo-nos aos acontecimentos. Por outro lado, somos Engenheiros Técnicos porque temos prazer e orgulho na profissão, que exercemos, com um grande espírito de bem servir e com confiança nos atos que praticamos. E tudo isso se reflete numa Ordem moderna. Por exemplo, os membros da Ordem dos Engenheiros Técnicos podem facilmente trabalhar em qualquer sítio do mundo porque conseguimos emitir uma declaração via telemóvel a certificar a habilitação profissional do engenheiro técnico, não sendo necessário este vir fisicamente às instalações da Ordem para obter o documento exigido para praticar determinado ato de engenharia. Isto é um sinal de modernidade que nós quisemos dar exatamente porque tem que se ser consequente com o que se diz, não se podendo ter um discurso e depois ter uma prática diferente, como acontece com muita gente neste país, incluindo alguns políticos.

Essa solução foi criada pela OET portuguesa ou foi replicada de outro país da Europa?

Esta solução é única, que nós sabemos. Estamos neste momento a ajudar os angolanos a montar um sistema idêntico, pois num país

possa assegurar com a eficácia necessária essas novas atribuições. Se queremos a descentralização do poder do Estado para as Autarquias, também temos que as dotar do indispensável corpo de técnicos habilitados nas diversas áreas de intervenção, nomeadamente a área da engenharia, em que atualmente se verifica um grande défice de engenheiros técnicos e de engenheiros. O que eu disse nos Açores sobre esta temática é válido para os municípios dos Açores, da Madeira e do continente, sendo o panorama mais grave nos municípios de menor dimensão, em que a falta de pessoal técnico qualificado assume particular preocupação. É urgente que as Câmaras Municipais assumam que uma parte dos recursos que têm, têm de ser direcionados para a contratação de Engenheiros Técnicos e Engenheiros. Enquanto os Municípios não perceberem isso, e não atuarem em conformidade, o panorama atual continuará na mesma.

E temos esses profissionais?

Assistimos nos últimos tempos a um fenómeno de perda de estudantes de engenharia, mas ainda não se verifica, neste momento, uma carência significativa. Isto esteve relacionado com a crise que o país atravessou recentemente, e com a ilusão das pessoas acharem que a construção civil já não era necessária. Contudo, verifica-se atualmente uma inversão desse pensamento e eu considero que não vai haver



um cidadão (...) tem que ter a certeza de que a Ordem que tutela o exercício da profissão será absolutamente intransigente no cumprimento das regras de ética e da deontologia profissionais

casa, e, ou apostamos nesta realidade ou perdemos o comboio do desenvolvimento. Está em marcha uma revolução muito grande, da qual a maior parte das pessoas ainda nem se apercebeu, e que é a substituição das pessoas pelas máquinas, os robots. E isto assenta num pilar chave que é a Engenharia. É imperativo que a sociedade assuma isto e perceba a importân-

com a dimensão de Angola a gestão é feita a partir de um sistema central, não havendo secções regionais. E, no âmbito do protocolo de reciprocidade que estabelecemos com a Ordem dos Engenheiros de Angola, estamos a ajudar a implementar um sistema sofisticado semelhante ao que temos na nossa Ordem.

A criação desta solução é também uma resposta a uma elevada emigração de Engenheiros Técnicos ou não têm verificado este fenómeno na OET?

Não. Os nossos Engenheiros Técnicos sempre foram Engenheiros Técnicos do Mundo. É evidente que houve uma maior movimentação de Engenheiros Técnicos nos anos da crise, pois foi um período de menor volume de trabalho. Mas como nós não somos elitistas e fazemos tudo a que a profissão nos habilita, aguentámos mais-ou-menos bem a crise, porque nos fomos adaptando à diminuição da oferta de trabalho e às tarefas menos simpáticas para outros técnicos engravatados. Portanto, passámos relativamente bem esta crise. Adicionalmente, o facto de nós nunca termos conseguido, durante muitos anos, chegar às chefias na função pública, investimos no setor privado e isso dá-nos uma tranquilidade muito grande. Ser empresário neste país dá muito trabalho e pode ser muito custoso, mas nós, os engenheiros técnicos, temos iniciativa e, se nos fechavam algumas portas, criávamos a nossa própria alternativa, a nossa própria solução e, conseqüentemente, alguma saúde financeira enquanto classe profissional.

Referiu que o Engenheiro Técnico não conseguiu chegar, durante muito tempo, às chefias da função pública. Sente que de alguma forma os profissionais da área não são compreendidos pelo mercado?

O que eu acho é que, durante muito tempo, se tentou denegrir e minorizar a função do Engenheiro Técnico, tentou-se isolar, criar divisões na engenharia entre a Ordem dos Engenheiros Técnicos e a Ordem dos Engenheiros, alimentando-se muito o pensamento “se são Engenheiros Técnicos, não são Engenheiros”. Hoje em dia isso não corresponde à verdade. Nós só somos Engenheiros Técnicos porque estamos inscritos na OET, podendo grande parte de nós inscrever-se também na Ordem dos Engenheiros, e usar o título de Engenheiro, o que não é raridade nenhuma. Para mim é indiferente esta



Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara Municipal da Amadora de 1999 a 2005 e Presidente da ANET – Associação Nacional dos Engenheiros

Técnicos de 2002 e 2008, foi o primeiro Bastonário da Ordem dos Engenheiros Técnicos, com 98,8% dos votos expressos.

possibilidade, pois sempre me assumi como Engenheiro Técnico com muita honra (apesar de ser também Engenheiro por ser membro da Ordem dos Engenheiros de Angola). Por vezes há a tentativa de minorização ao usar a designação “Engenheiro Técnico”, mas os atos ficam com as pessoas que os praticam. Contudo, há uma coisa que nós não aceitamos de ninguém, em circunstância alguma, qualquer que seja a sua posição na sociedade: que um Engenheiro Técnico seja maltratado. Como Bastonário da Ordem dos Engenheiros Técnicos faço uma defesa absoluta e intransigente da classe profissional a que pertença com muito orgulho, e não tenho medo nem das palavras, nem dos atos que pratico no momento de defender os Engenheiros Técnicos. Esta minha postura incomoda muita gente, que pergunta quando é que me vou embora, porque preferiam que eu não fosse Bastonário da Ordem para poderem reinar melhor nas suas esferas de atuação. Eu deixarei as minhas funções quando os Engenheiros Técnicos assim o decidirem.

Voltando à recente visita a Angola, no fim do mês de julho, e ao protocolo celebrado entre a Ordem dos Engenheiros de Angola e a Ordem dos Engenheiros Técnicos de Portugal. Pode-nos falar sobre este protocolo? De forma é que este protocolo irá influenciar a atuação dos Engenheiros Técnicos Portugueses em Angola?

Esse protocolo insere-se numa estratégia mais global em que defendemos de haver uma livre circulação efetiva de técnicos de engenharia no espaço CPLP, e ficámos muito satisfeitos quando a cimeira CPLP, de julho passado, no Sal, em Cabo Verde, colocou esta questão na agenda. Uma coisa é o problema visto, que se enquadra nas questões políticas. Outro assunto são os entraves que as Ordens colocam ao membro de uma Ordem de outro país. Nós defendemos que deve haver um suporte técnico, à semelhança do já existente no passaporte diplomático, que permitiria a livre circulação dos técnicos, tanto de Portugal para o exterior, por exemplo, Cabo Verde, como o inverso. Nós defendemos que deve haver um suporte técnico, à semelhança do já existente no passaporte diplomático, que permitiria a livre circulação dos técnicos, tanto de Portugal para o exterior, por exemplo, Cabo Verde, como o inverso. Nós defendemos que deve haver um suporte técnico, à semelhança do já existente no passaporte diplomático, que permitiria a livre circulação dos técnicos, tanto de Portugal para o exterior, por exemplo, Cabo Verde, como o inverso. Nós defendemos que deve haver um suporte técnico, à semelhança do já existente no passaporte diplomático, que permitiria a livre circulação dos técnicos, tanto de Portugal para o exterior, por exemplo, Cabo Verde, como o inverso.

nós fazemos o mesmo ao nível de engenharia: os portugueses sempre exerceram em Angola, os angolanos é que nunca exerceram em Portugal, porque colocamos entraves e limitações à sua atuação aqui. Ou seja, hoje alimenta-se uma prática de livre circulação unilateral e a OET defende uma livre e efetiva circulação nos dois sentidos. Estamos a falar de um conjunto de, talvez, trezentas mil pessoas que passariam a usufruir desta medida.

Essa circulação é feita apenas num sentido por alguma barreira legislativa ou por uma questão de não reconhecimento das competências dos Engenheiros dos restantes países da CPLP?

Isso acontece porque considera-se que a qualidade da formação em Portugal é excelente e nesses países é insuficiente, ou mesmo má. Quem não se recorda do caso dos dentistas brasileiros? Em alguns temas somos um país inseguro e achamos que nos protegemos se criarmos este tipo de barreiras. Eu arrisco até dizer que isto ainda é o reflexo de uma certa postura neocolonial em que se assume que as populações são todas iguais, mas que alguns povos são um pouco inferiores. Este é um problema que nós vamos ter que resolver com o tempo, falando nele e tomando medidas concretas. Não podemos dizer que há livre circulação e depois ter profissionais dos países da CPLP a pagar sete mil euros para entrar numa Ordem Profissional portuguesa. Eu assumo o risco, enquanto Bastonário da Ordem dos Engenheiros Técnicos, de ter profissionais dos países membros da CPLP a trabalhar em Portugal. Eu assumo o risco da qualidade técnica e do rigor e das competências e da seriedade dos Engenheiros Técnicos e Engenheiros desses países que estiverem inscritos na OET, tal como assumo as de qualquer membro que se tenha formado em Portugal.

Mas já existe esta responsabilidade já é assumida quando se trata de profissionais de países Europeus, correto?

A nível da Europa o problema está resolvido porque nós pertencemos à Federação Europeia das Associações Nacionais de Engenheiros (FEANI), composta por 34 países. O que nós queremos é que os mesmos princípios sejam transpostos para a CPLP, isto é, independentemente das regras que cada país deve cumprir, o nosso objetivo é que sejam adotadas igualmente as regras da Federação.

Recentemente o Tribunal Constitucional declarou inconstitucional o artigo 16.º do Decreto-lei n.º 220/2008, que estabelece o regime jurídico de segurança contra incêndio em edifícios. Qual a posição da OET perante esta decisão?

O Tribunal Constitucional declarou, e bem, a inconstitucionalidade desta norma, porque

legislação deste tipo, em que se condiciona o exercício de uma atividade profissional só pode ser definida pela Assembleia da República e, neste caso, foram os anteriores Governos que legislaram sobre a matéria sem ter obtido previamente a necessária autorização legislativa. O Governo apercebeu-se dessa ilegalidade há mais de um ano, tendo então remetido à Assembleia da República uma proposta de lei para aprovação, que ainda se aguarda. Em setembro do ano passado, a OET enviou a sua proposta sobre a proposta do Governo – fomos a única Ordem a fazê-lo – e há mais de um ano que a Assembleia da República tem o processo legislativo parado. Logo, como não há lei, não há regulação. Nós temos uma regulação interna, que fizemos sair para equilibrar o sistema, mas é urgente que o assunto se resolva, pois estamos perante um vazio legal.

Tendo em conta essa proposta que enviaram, qual é a postura da OET perante a revisão à atual legislação?

Do nosso ponto de vista os atos de engenharia só podem ser praticados por Engenheiros Técnicos e Engenheiros. Os atos de engenharia deviam ser, e tudo faremos para que assim seja, um exclusivo do Engenheiro Técnico ou do Engenheiro, e a proposta que enviámos para



se compararmos proporcionalmente o número de Engenheiros Técnicos e Engenheiros em Portugal e em Espanha, concluímos que temos menos de um terço do que em Espanha. É necessário apostar formação de técnicos

a Assembleia da República vai nessa linha, ou seja, apoiamos o que o Governo fez, através da ANPC e de uma Comissão Conjunta, e acrescentamos, correndo riscos de algumas pessoas ficarem zangadas connosco, que a arquitetura deve ser exclusiva dos Arquitetos e que a engen-

nharia tem que ser exclusiva dos Engenheiros Técnicos e Engenheiros. Quem não é possuidor de qualquer um destes títulos profissionais da engenharia não deve poder fazer nem medidas de proteção, nem estruturas, nem direção de obra, nem fiscalização, nada que seja do foro da engenharia! Isso tem de estar obrigatória e necessariamente limitado aos Engenheiros Técnicos e Engenheiros e nós não abdicamos desta posição. É evidente que este diploma que está na Assembleia da República tem outras dificuldades que o impedem de sair, como seja a transferência de uma série de competências para as Autarquias. E quer a Associação Nacional de Municípios quer a Associação Nacional de Freguesias não são a favor desta alteração porque não têm os técnicos necessários nos seus quadros.

Podemos dizer que, perante este cenário, corre-se o risco de se ter projetos aprovados indevidamente?

Formalmente, a lei declarada inconstitucional não está em vigor, mas qual é o proprietário ou instituição que vai arriscar? Houve uma reunião entre a ANPC e as três Ordens, dos Arquitetos, dos Engenheiros Técnicos e dos Engenheiros, em que houve um acordo de princípio para não deixar arrastar o assunto. Na verdade, o povo não é inconsciente e não é por se optar por alguém que não seja Engenheiro Técnico ou Engenheiro que o cidadão vai poupar, pois o facto de não haver tabela de mínimos de remuneração faz com que haja várias opções, muitas delas miseráveis. Na certificação energética, por exemplo, uma pessoa paga ao técnico cinquenta euros e à ADENE duzentos; um banco paga vinte euros ou pouco mais ao técnico para a avaliação de uma casa e quanto é que o cidadão paga ao banco pela avaliação da mesma casa? Às vezes é difícil trabalhar em Portugal e, com todo o respeito por todas as outras profissões, ser Engenheiro Técnico ou Engenheiro, normalmente é muito custoso. O curso de Engenharia não é nada fácil, é preciso estudar e perceber os fenómenos da natureza, é preciso ver antes dos outros, é preciso ter feeling. Porque na Engenharia não há segundas oportunidades, é uma profissão de primeira e única oportunidade – se o pilar estiver mal colocado, a ponte cai, ponto. E é preciso pagar convenientemente a estes profissionais.

Têm muitas situações reportadas à Ordem relativas à matéria sobre o qual este Regime se debruça?

Felizmente não. O projeto em Portugal tem uma boa qualidade e os problemas que existem às vezes estão sobretudo relacionados com os materiais aplicados e com quem os aplica, ou com sistemas que, aparentemente estão muito bonitos e depois não funcionam. Por exemplo, os sistemas de incêndios são muito complexos e é suposto que todos os seus elementos

funcionem quando é necessário. Por outro lado, defendemos também que a postura do cidadão que deve ser mais cuidada para que não aconteça nenhum desastre. Por exemplo, nós temos um estudo de há cerca de três anos que analisou 6000 incêndios urbanos que ocorriam entre as 3 e as 5 da manhã por causa desconhecida. O que é que essa causa desconhecida normalmente era? Sobreaquecimentos dos sistemas elétricos. Apartamentos construídos há 30/40 anos não têm sistemas elétricos preparados para todos os aparelhos que se ligam hoje em dia e as pessoas têm por habito ligar uma extensão à ficha e vão adicionando equipamentos ao sistema. O que nós achamos é que devia haver uma verificação de todos os fogos quando fossem alugados, à semelhança do que acontece com a instalação de gás, pois hoje em dia as instalações elétricas não têm toda a certificação que deveria ser obrigatória.

Estamos neste momento a discutir uma lei com o governo em que defendemos que passe a ser obrigatório um projeto para todas as instalações elétricas. Hoje em dia, só acima dos 40kVA é que é preciso instalação elétrica, ou seja, um prédio com 8 fogos e duas lojas não precisa de projeto elétrico, o que é inad-

missível, pois estamos a falar da proteção das pessoas e bens.

Para terminar, o Sr. Bastonário foi reeleito para o quadriênio de 2018/2021. Quais os marcos que quer alcançar durante este mandato?

Gostaria muito que acabasse a dicotomia Universidade/Politécnicos. É uma batalha nossa, de há muitos anos, para que os politécnicos possam dar doutoramentos e eu penso que esta medida será concretizada ainda durante este meu mandato. O outro grande desígnio que prossigo é a implantação da concelhia da Ordem, ou seja, ter em cada concelho um delegado e representantes da OET para acompanhar de perto os projetos aí desenvolvidos. Neste momento a Madeira é já um exemplo de funcionamento deste sistema. Gostava também que as Ordens Profissionais em Portugal tivessem uma postura bem mais construtiva e não tão sindicalista ou corporativista como algumas têm tido. Algumas Ordens tornaram-se forças políticas quando não o podem. Uma Ordem não pode apoiar uma greve. Quando um Bastonário de uma Ordem Profissional apoia uma greve, a promove e estimula, não está a cumprir a sua função. A Ordem é um órgão da Administração

Pública e tem que ter uma postura equilibrada que se manter neutra e não pode invocar as competências dos sindicatos. A Ordem por e deve servir como mediador entre, eventualmente, o poder político e os sindicatos e não se pode ser mediador tomando a posição de uma parte, pois no dia em que isso acontecer as Ordens perdem a autoridade moral de serem os reguladores da profissão.

Finalmente, embora a situação atual este francamente melhor, gostaria ainda de melhorar a relação institucional entre a Ordem dos Engenheiros Técnicos e a Ordem dos Engenheiros. Ainda existe algum agastamento por connosco, porque a Ordem dos Engenheiros foi durante décadas a única Ordem na área da Engenharia, tendo perdido esse monopólio de há sete anos para cá com a criação da Ordem dos Engenheiros Técnicos, e agora há duas vezes representativas dos profissionais da engenharia. Eu não direi qual delas é que é a melhor, mas o certo é que há duas vozes e este é um problema que também também afeta a engenharia portuguesa porque às vezes temos estratégias diferentes, diversas, o que pode enfraquecer a engenharia, mas eu estou convencido que vamos conseguir encontrar um consenso. ←



REDIFOGO®

Material de Protecção e Segurança, Lda.

Pela sua segurança!

- Comercialização/Instalação/Manutenção de Sistemas Automáticos de Detecção de Incêndio e de Monóxido de Carbono
- Comercialização/Instalação/Manutenção de Sistemas de Extinção Automáticos por Gás
- Comercialização de Equipamentos de Protecção Individual (EPI's) e colectiva (EPC's)
- Comercialização e Instalação de Sinalização Emergência e de Trânsito
- Comercialização/Instalação/Manutenção de Sistemas de Rede de Incêndio Armada e Centrais de Bombagem
- Comercialização/Instalação/Manutenção de Portas Corta-fogo
- Comercialização/Instalação/Manutenção de Sistemas de Desenfumagem
- Comercialização/Instalação de Sistemas de Intrusão e Roubo e de Vídeo Vigilância (CCTV)
- Comercialização/Instalação/Manutenção de Sistemas Automáticos de Extinção por Água e Água Nebulizada
- Elaboração de Planos de Segurança Internos (Medidas de Autoproteção)
- Cursos de Formação no domínio da Segurança contra Incêndio
- Elaboração de Planos de Emergência
- Serviços de Selagem Corta-fogo
- Sistemas Intumescentes para Estruturas Metálicas
- Comercialização/Instalação/Manutenção de Sistemas de Extintores



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SEGURANÇA
Empresa Associada Nº44



PME líder
CERTIFICAÇÕES

Título de Registo
do INCI n.º 96688



certificação
acreditada
IFAC



certificação
acreditada
IFAC



certificação
acreditada
IFAC